

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) nº 10/2020

PROCESSO nº 19/405-M

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
22/02/2021.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 09/03/2021, ÀS 09:30 HORAS

OFERTA DE COMPRA: 101101100472021OC00005

O Senhor **MICHEL ANDRADE PEREIRA**, Gerente de Licitações, Patrimônio e Suprimentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c. artigo 8º, do Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** – Processo 19/405-M, objetivando a **contratação de empresa especializada no fornecimento de plano de assistência médica ambulatorial, clínica, obstétrica e hospitalar para os servidores da FAPESP e seus dependentes**, que será regida pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, Lei 9.656 de 3 de junho de 1998, Lei 12.846 de 1 de agosto de 2013 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do pregão será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

I - DO OBJETO:

1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada no fornecimento de plano de assistência médica ambulatorial, clínica, obstétrica e hospitalar para os servidores da FAPESP e seus dependentes**, conforme especificações e quantidades constantes do Memorial Descritivo que integra este Edital como **Anexo I**.

II - DA PARTICIPAÇÃO:

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no **CAUFESP**, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido cadastro.

1.1 O registro no **CAUFESP**, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.2 O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no **CAUFESP**, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br**.

2. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

- 2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;
 - 2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
 - 2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
 - 2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
 - 2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
 4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por

meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
7. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea “f”, do subitem 9, ambos do item V deste Edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

III - DAS PROPOSTAS:

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção **PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA**, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
2. **Os preços mensal e total estimados para a prestação de serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio**, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do subitem 4 deste item III, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.
 - 2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
 - 2.2. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**;
4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
5. Os valores a serem apresentados na proposta devem estar referidos ao mês de apresentação da proposta, que será considerado como o mês de referência dos preços.
6. Todos os créditos serão realizados no Banco do Brasil S.A., para fins de pagamento.

IV - DA HABILITAÇÃO:

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Em se tratando de cooperativas, registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras.

1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa relativa a tributos federais e dívida ativa da União, expedidas com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014, que também abrange a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeitos de Negativa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física;
 - a.1) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea “a”, deste subitem 1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
 - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de atestado(s) de fornecimento, pertinente(s) e compatível(eis) em características, quantidade e prazos referentes ao objeto da contratação, contemplando no mínimo de 50% a 60% da execução pretendida (relativamente ao número de pessoas beneficiárias), nos termos da súmula 24 do TCE de São Paulo;
 - a.1) Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: *Prazo contratual, datas de início e término (caso o contrato ainda esteja vigente, esta informação deverá constar do atestado); Natureza da prestação dos serviços; Quantidades executadas – número de pessoas beneficiárias; Ausência de informações desabonadoras; ser(em) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa participante, com a indicação do cargo e telefone de quem assinou o atestado para confirmação.* (documentos fiscais referentes a prestação dos serviços poderão acompanhar os atestados para comprovação das quantidades)
- b) Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que a empresa reúne condições de cumprir os requisitos para assinatura do contrato estipulados no subitem 5, do Item XI – Da Contratação do Edital - **Anexo XIII** deste Edital;.
- c) Apresentação da autorização de funcionamento concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS à Empresa Operadora do Plano de Assistência Médica; e
- d) Apresentação do registro do plano de saúde ofertado, junto à ANS, comprovando sua situação ativa e para atuação em âmbito nacional.
- e) Apresentação do registro atualizado, da Empresa Operadora do Plano de Assistência Médica, no Conselho Regional de Medicina competente.

1.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- 1.5.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) Se encontra em situação regular perante a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998- **Anexo II** deste Edital;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2 do Item II – Da Participação - deste Edital;
- c) Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado) – **Anexo VII** deste Edital;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017 – **Anexo VIII** deste Edital;
- e) Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IX**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- f) Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo X**, declarando que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- g) Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo XII**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

1.5.2. **Planilha de Proposta de Preços**, nos termos do modelo do Anexo XI deste Edital, preenchida em todos os seus tópicos e em papel timbrado da empresa. **(apresentar a versão com o preço ofertado inicialmente –**

proposta inicial – e com o(s) realinhamento(s) após os lances e negociação se for o caso)

2. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 2.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 2.2 O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 1.5 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica exigidas nos itens 1.3 e 1.4, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.
- 2.3 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.
- 2.4 O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

V - DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO:

1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
2. A análise das propostas pelo Pregoeiro, visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1 Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) que por ação da licitante ofertante, contenham elementos que permitam a sua identificação;
- d) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item II, subitem 2, deste Edital.
- e) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- f) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

2.1.1 A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

2.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3 O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

2.4 Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

3. Será iniciada a etapa de lances, com participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

3.1 A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

3.1.1 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre os lances, conforme **Anexo IV**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

3.1.1.1 A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço **mensal da prestação dos serviços**.

3.2 A etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.

3.2.1 A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período inicial de que trata o subitem 3.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

3.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 3.2.1., a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

3.3 No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

- a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

3.4 A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 3.2.

- 4 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
- 5 Para essa classificação, será considerado o último preço admitido de cada licitante.
- 6 Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:.

6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam

iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 05, seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.1.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do **CAUFESP** e extraídos dos documentos indicados no item IV – Da Habilitação, deste Edital;
- b) Caso os dados e informações existentes no **CAUFESP**, não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;
- b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A Licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, via Sistema da BEC.
- c.1) Sem prejuízo no disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, deste subitem 09, serão apresentados, obrigatoriamente, via sistema da BEC, todos os documentos indicados no item IV – Da Habilitação, deste Edital.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 9. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) Os originais ou as cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, **deverão ser apresentados na Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 3º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP, **em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação** e a aplicação das penalidades cabíveis;
- f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será exigida comprovação de regularidade

fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas “a” a “e” do item IV deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
 - h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar, o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f”, do subitem 9 deste item V, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
11. A comprovação de que trata o subitem 10 deste item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativa, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V
13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.
14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 10 a 13 deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do item V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

VI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem 1 deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, e as demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, na Rua Pio XI, nº 1.500, 3º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP.

2.1 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na **Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 3º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta de interposição na forma prevista no subitem “1” deste item, importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

7. A vencedora do certame obriga-se a apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários e total para a contratação, a partir do total final obtido no certame.

7.1. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora em nova

planilha a ser entregue diretamente na **Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 3º andar, Alto da Lapa – São Paulo – SP.

7.2. Se a licitante vencedora deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 7, deste item VI, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

VII - DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO:

1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
2. A desconexão do sistema eletrônico com o pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
 - a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade;
 - b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período de duração inicial estabelecido no Edital.
3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

VIII – DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. O objeto desta licitação deverá ser executado **na rede credenciada da Contratada**, correndo por conta desta, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato, em conformidade com o estabelecido nos Anexos I – Memorial Descritivo e V – Minuta de Contrato que tratam do assunto.

IX. DO PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS:

1. Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital.

X - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

1. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas no termo de contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital.

XI – DA CONTRATAÇÃO:

1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V**.

1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 – Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3 – Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

1.4 -O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, o “Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992), deverão ser consultados previamente à celebração da contratação, observado o disposto no item 2 do Item II deste Edital.

1.5 - Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

- a) a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;
- b) a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 1.5 deste Edital.

2. A adjudicatária deverá, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação**, comparecer na **Gerência Administrativa**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP, para assinar o termo de contrato.

2.1 Fica facultado à Gerência Administrativa, em casos devidamente justificados pela adjudicatária, a realização da assinatura do contrato em local diverso do estabelecido no subitem anterior.

2.2 O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado pela FAPESP, à critério da Gerência Administrativa, em decorrência da complexidade técnica envolvida para finalização minuta de Contrato, bem como em decorrência da necessidade de apresentação de documentos e/ou comprovações pela(s) licitante(s) vencedora(s).

3. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes das alíneas “g” e “h”, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, todas do subitem “9” do item V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XI, ou se recusar a assinar o contrato, ou for proibida de participar desta licitação, nos termos do subitem 2 do

Item II deste Edital, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

3.1 – Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

3.2 – A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

3.3 – Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10 do Item V e subitens 1,2,3,4,e 6 do Item VI, todos deste Edital.

3.4. – Não sendo possível a retomada do Pregão no ambiente eletrônico, o mesmo será convertido em Presencial, devendo ser mantida a ordem de classificação das licitantes que ocorreu na sessão eletrônica.

4 **O contrato terá vigência de 12 (doze) meses**, a contar da data estabelecida para início dos serviços.

5. Deverá a Adjudicatária apresentar, **como requisito obrigatório para assinatura do Contrato:**

a) Apresentar documentos que comprovem que possui rede credenciada e serviços que atendam às exigências dos itens 6, 7, 8, e 9 do Memorial Descritivo – Anexo I.

a.1) A FAPESP poderá realizar diligências para a aferição e constatação do cumprimento das exigências contidas nos itens 6, 7, 8, e 9 do Memorial Descritivo – Anexo I.

5.1. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para assinatura do Contrato, dentro do prazo estipulado pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, bem como a retomada do certame nos moldes dos subitens 3, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4., deste Item XI.

XII – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO:

1 Ficar impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do

Estado de São Paulo pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, c.c. com art. 15 da Resolução CEGP-10, de 19/11/2002.

2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na **Portaria PR nº 17/2004**, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.
3. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
4. O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.
5. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

XIII- DA GARANTIA CONTRATUAL:

1. Após a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis mediante requerimento fundamentado (vide contrato – Anexo V), prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993.

1.1. Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar disposição expressa, estipulando a responsabilidade da Seguradora pelo pagamento dos valores relativos a multas de quaisquer espécies, aplicadas à tomadora dos seguros.

1.2. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993.

1.3. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa, observado o disposto na **Portaria PR nº17/2004** da FAPESP.

XIV- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do regulamento anexo à Resolução CC 27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

4. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

5. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

6. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e www.bec.sp.gov.br, opção "pregão eletrônico".

7. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

8. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

8.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do sistema, encontrados na opção EDITAL, sendo respondidos pelo subscritor do Edital que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

8.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

8.3. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Memorial Descritivo e na minuta de termo de contrato.

9. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

10. Integram o presente Edital:

Anexo I – Memorial Descritivo;

Anexo II – Modelo de Declaração de Regularidade perante a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

Anexo III – Portaria PR nº17/2004;

Anexo IV – Valores Mínimos Entre os Lances Ofertados;

Anexo V – Minuta de Contrato;

Anexo VI – Modelo de Declaração de que a empresa não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2 do Item II – Da Participação - deste Edital;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Atendimento às Normas de Saúde e Segurança do Trabalho;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Atendimento aos Artigos 5º-C e 5º-D da Lei Federal Nº 13.467/2017;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo X – Modelo de Declaração de Enquadramento como Cooperativa Que Preencha As Condições Estabelecidas No Art. 34, Da Lei Federal Nº 11.488/2007;

Anexo XI – Planilha de Proposta de Preços;

Anexo XII – Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção;

Anexo XIII – Modelo de Declaração de que reúne condições de cumprir os requisitos para assinatura do contrato.

11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12. O presente Edital foi analisado pela Procuradoria Jurídica da FAPESP, conforme PARECER nº 86/2020, às fls. 582/586, emitido pela procuradora Jocélia de Almeida Castilho, OAB/SP nº 78988 e ratificado pelo procurador Elival da Silva Ramos, OAB/SP nº 50457.

13. A sessão pública do Pregão será realizada pelo Pregoeiro Titular Reginaldo Carvalho Sampaio, matrícula 668, ou pelo Pregoeiro Substituto Wagner Vieira, matrícula 160, conforme despacho de fls. 1015, e Portaria DA nº 01/2021 de fls. 1020.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

Denis Miller de Carvalho

Subscritor do Edital

Matrícula nº 793

Michel Andrade Pereira

Gerente de Licitações, Patrimônio e Suprimentos

Matrícula nº 495

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

1 – OBJETO

1.1. Contratação de **serviços de assistência médica ambulatorial, clínica, cirúrgica, obstétrica e hospitalar** para todos os servidores da FAPESP, e seus respectivos dependentes.

1.2. O contrato deverá enquadrar-se na Lei 9656 de 3 de junho de 1998, suas alterações e respectivas resoluções e cobrir todas as especialidades médicas reconhecidas e as que venham a ser incluídos na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial da Saúde.

2 – ABRANGÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS

2.1. A prestação de serviços deverá abranger os beneficiários, devidamente cadastrados no Plano de Assistência Médica, na forma prevista neste memorial:

- a) atualmente 286 titulares.
- b) atualmente 345 dependentes - média de 1,20 por servidor.

Tabela por faixa etária:

FAIXA ETÁRIA	TITULAR		DEPENDENTE		TOTAL		TOTAL GERAL
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	
ATÉ 18 ANOS			90	68	90	68	158
19 A 23 ANOS			10	25	10	25	35
24 A 28 ANOS	1	2	0	2	1	4	5
29 A 33 ANOS	5	11	5	8	10	19	29
34 A 38 ANOS	23	18	3	17	26	35	61
39 A 43 ANOS	37	25	5	18	42	43	85
44 A 48 ANOS	31	12	7	21	38	33	71
49 A 53 ANOS	27	14	8	15	35	29	64
54 A 58 ANOS	20	21	4	8	24	29	53
ACIMA DE 59 ANOS	27	12	8	23	35	35	70
TOTAL GERAL	171	115	140	205	311	320	631

* Posição em 31/07/2020

2.2. Dependentes

2.2.1. A contratada deverá considerar como dependentes do titular:

- a) cônjuge ou companheira(o), sem limites de idade, de união legalmente comprovada, desde que não seja beneficiário de outro plano de saúde, salvo se autocusteado;
- b) Os filhos(as) e/ou enteados(as) até completar 21 (vinte e um) anos;
- c) Os filhos(as) e/ou enteados(as) que estiverem matriculados em curso técnico ou universitário, e não possuam qualquer tipo de sustento próprio até completar 24 (vinte e quatro) anos;
- d) Os filhos(as) e/ou enteados(as) que se encontrarem incapacitados física ou mentalmente para o trabalho com qualquer idade.

2.2.2. Dependentes já inscritos no contrato atual de assistência médica e em situação diferente das acima descritas deverão ser considerados válidos na implantação do plano ofertado. Seguem abaixo relacionados os dependentes em situação diferente das acima descritas:

Nome	Grau de Parentesco	Idade
ANTONIA APARECIDA GONCALVES	Mãe	76
ANTONIA ROSA DA SILVA	Mãe	76
MARIA EDNA ANDRADE PEREIRA	Mãe	67
MARIA RAMALHO DOS SANTOS	Mãe	80
MARINA VANDA DE ABREU MASINI	Mãe	72

3 – ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DOS SERVIÇOS

3.1. A abrangência do contrato, para efeitos de credenciamento e atendimento médico/hospitalar deverá incluir no mínimo o Estado de São Paulo.

4 – CATEGORIA DO PLANO

4.1. Plano de Assistência Médica Contratado:

- 4.1.1 A empresa oferecerá aos beneficiários Plano de Assistência Médica com plena utilização da REDE CREDENCIADA e assistência médica ambulatorial, clínica, cirúrgica, hospitalar, obstétrica e laboratorial com a abrangência especificada no item 3, com utilização destes serviços sem carência e sem limites desde o primeiro dia de sua implantação e nos demais períodos de renovação do presente termo.
- 4.1.2 Para os servidores contratados a partir da vigência deste Plano de Assistência Médica a utilização dos serviços deverá ocorrer nos seguintes termos:
- a) Nos primeiros 30 (trinta) dias de trabalho do servidor, inclusão do titular e dependentes, sem necessidade de cumprimento de carências para a utilização dos serviços contratados.
 - b) No caso de inclusão de dependente feita após o prazo de 30 (trinta) dias acima estipulado haverá a obrigatoriedade do cumprimento dos períodos de carências previstas no item 4.3- Tabela de Carências, exceto quando se tratarem de novos dependentes, quando o prazo de 30 dias contará a partir do fato gerador (nascimento, casamento, adoção).
- 4.1.3 A acomodação na rede credenciada hospitalar para casos de internação será em quarto particular com direito a acompanhante.
- 4.1.4 O período de internação, inclusive em UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) não terá limite de diárias.
- 4.2. Inclusão de dependentes:
- 4.2.1. A inclusão de dependentes, especificados no item 2.2, no plano do titular, deverá ser feita até 30 (trinta) dias após o fato gerador (casamento, nascimento, adoção) sem necessidade de cumprimento de carências para a utilização dos serviços contratados, sendo que deverá ser observada a documentação comprobatória para inclusão.
 - 4.2.2. No caso de inclusão de dependente feita após o prazo de 30 dias do fato gerador haverá a obrigatoriedade do cumprimento dos períodos de carências previstos no item 4.3- Tabela de Carências abaixo.
- 4.3. A contratada deverá seguir a Tabela de Carências abaixo, exceto quanto os prazos dispostos pela ANS forem inferiores.

GRUPO DE BENEFÍCIOS	DOENÇAS NÃO PREEXISTENTES (Nº DE DIAS)	DOENÇAS PREEXISTENTES (Nº DE DIAS)
Consultas em consultório e clínicas médicas	0	0
Atendimento de urgência/emergência e CPT	0	0
Exames ambulatoriais básicos	0	0
Exames ambulatoriais especiais	0	30
Exames especiais em Obstetrícia e Neonatologia	180	180
Exames especiais: Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética, Cintilografia, Angiografia e Doppler	180	180
Procedimentos ambulatoriais básicos	0	0
Procedimentos ambulatoriais especiais	0	30
Procedimentos especiais em Obstetrícia e Neonatologia	180	180
Procedimentos especiais em Otorrinolaringologia e Oftalmologia	30	90
Procedimentos especiais em dessensibilização	30	90
Procedimentos especiais em reabilitação/fisioterapia	30	90
Procedimentos em radioterapia, quimioterapia e outros	180	180
Procedimentos especiais em Urologia, Litotripsia	30	90
Procedimentos especiais em diálise e hemodiálise	30	180
Procedimentos especiais em Histeroscopia terapêutica	30	90
Procedimentos especiais em Hemoterapia, Artroscopia diagnóstica e terapêutica	30	90
Procedimentos especiais Psiquiatria (Psicoterapia)	90	180
Procedimentos especiais endoscópicos digestivos e respiratórios	10	60
Internações clínicas e cirúrgicas + honorários médicos	30	180
Internações em Obstetrícia e Neonatologia + Honorários Médicos	180	180
Internações em Psiquiatria + honorários médicos	90	180
Internações clínicas/cirúrgicas cardiológicas, internações de angioplastia, hemodinâmica + honorários médicos	120	180
Internações para ablação de feixe para arritmias cardíacas	60	180
Internações de cirurgia de mama e cirurgia torácica + honorários médicos	60	180
Internações clínicas/cirúrgicas de Oncologia + honorários médicos	120	120
Internações de cirurgia de miopia + honorários médicos	180	180
Internações de transplante de córnea e rim + honorários médicos	180	180
Internações de HIV (AIDS) e suas complicações + honorários médicos	180	180
Utilização de próteses ligadas ao ato cirúrgico	180	180
Utilização de marca passo em cardiologia	180	180

5 – REDE DE ATENDIMENTO CREDENCIADA

5.1. A prestadora de serviços deverá dispor de rede credenciada (**assistência médica ambulatorial, hospitalar, cirúrgica, obstétrica, clínicas especializadas e laboratórios**), sem limite de utilização e distribuída proporcionalmente em todas as regiões abrangidas pelo item 3 e com quantidade suficiente para assegurar o pronto atendimento, internações, eventos cirúrgicos, consultas, exames e procedimentos clínicos ambulatoriais, hospitalares e terapêutico, reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, devendo ainda proporcionar:

- a) **Consultas Médicas:** Livre escolha, com reembolso de despesas de no mínimo 03 (três) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira), ou atendimento na rede credenciada.
- b) **Exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento:** Livre escolha, com reembolso de despesas de no mínimo 02 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira), ou atendimento na rede credenciada.
- c) **Internação:** Livre escolha, com reembolso de despesa de no mínimo 2 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 para os honorários da equipe médica e reembolso integral das despesas com diárias e taxas hospitalares, com direito a acompanhante. No caso da utilização de hospitais credenciados cobertura total das despesas de custeio de honorários médicos, diárias e taxas hospitalares, com direito a acompanhante.

5.2. Na ocorrência de descredenciamento de qualquer prestador de serviços, a contratada deverá proceder à substituição dentre aqueles constantes dos grupos relacionados nos subitens 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4 e 7.1.1, com a devida formalização perante a FAPESP.

5.3. Na impossibilidade da substituição prevista no item 5.2, devidamente justificada, a contratada poderá propor outro estabelecimento equivalente, desde que com prévia aprovação da FAPESP, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.4. Na hipótese de substituição do estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da operadora durante o período de internação de algum funcionário da FAPESP, essa internação prosseguirá no mesmo local até que ocorra a alta, a critério médico, obrigando-se a contratada a pagar todas as despesas até a alta hospitalar.

5.5. Para os casos de internações e tratamentos em decorrência de acidente de

trabalho e gestações existentes e cobertas pela atual empresa de assistência médica contratada, Amil Assistência Médica Ltda., deverá ser garantida, pela prestadora de serviços, a continuidade de tratamento com o mesmo profissional e hospital, ou reembolso integral das despesas médicas e hospitalares, por pelo menos 90 (noventa) dias da data de implantação do novo Plano de assistência médica.

5.5.1 Indicador de custo de internações no período de abril/2020 a junho/2020:

Gestão Saúde - Indicadores de Eventos

Empresa: 069475 - FAPESP
Filial Empresa: 069475/000 - FAPESP
Demitidos e Aposentados: Todas
Data de Competência: Abril/2020; Maio/2020; Junho/2020
Tipo de Evento: INTERNAÇÃO
Cód. Analisados: 069475

Data de Competência	Custo			Quantidade		
	Índice Empresa	Índice Carteira	Índice %	Índice Empresa	Índice Carteira	Índice %
Junho/2020	R\$ 149,50	R\$ 262,83	56,88%	0,08	0,10	72,13%
Maio/2020	R\$ 164,59	R\$ 226,13	72,79%	0,02	0,11	17,88%
Abril/2020	R\$ 37,40	R\$ 294,10	12,72%	0,11	0,15	76,82%



5.6. A marcação de consultas e exames deverão obedecer a um prazo de espera não superior a 7(sete) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificáveis pela prestadora de serviços.

5.7. Manter a contratante informada das alterações a serem ocorridas no rol da rede credenciada e atualizar, sempre que se fizer necessário, a relação dos credenciados e seus respectivos dados cadastrais.

6 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

6.1. O atendimento na Rede Credenciada hospitalar deverá abranger o pronto atendimento de urgências e emergências, internação para tratamentos clínicos e

eventos cirúrgicos/obstétricos sem limite de diárias e de utilização de UTI. Nos serviços hospitalares da Rede Credenciada deverão estar inclusos:

- a) As especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.
- b) Exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica.
- c) Fornecimento de medicamentos, anestésicos, oxigênio.
- d) Serviços gerais de enfermagem e instrumentação.
- e) Taxa de sala de cirurgia, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, quando necessária, para outro estabelecimento hospitalar.
- f) Despesas de acompanhante.
- g) Hemodiálise e diálise peritonial – CAPD
- h) Quimioterapia
- i) Radioterapia incluindo radiomoldagem, radioimplante e braquiterapia
- j) Hemoterapia
- k) Nutrição parenteral ou enteral
- l) Procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica
- m) Embolizações e radiologia intervencionista
- n) Exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos
- o) Fisioterapia
- p) Serviço de remoção (ambulância, helicóptero, jato)

6.2. Havendo disponibilidade de instalações, se o paciente desejar internação em acomodação de categoria superior à que está cadastrado, e/ou serviços extraordinários não especificadamente cobertos no contrato que vier a ser firmado em decorrência do presente memorial, o paciente deverá pagar os respectivos custos diretamente ao hospital, de acordo com as tabelas e normas do mesmo, inclusive diferença de honorários médicos.

6.3. Relação dos Hospitais e Pronto-Socorros, para atendimento aos beneficiários:

6.3.1 A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter no rol da sua rede credenciada, com atendimentos gerais de Pronto Socorro e Hospital (internação para tratamentos clínicos e eventos cirúrgicos) as entidades abaixo relacionadas. Quando a entidade tiver 02 (duas) ou mais unidades, deverá manter credenciada ao menos 01 (uma) unidade das abaixo indicadas:

- i. Hospital Santa Catarina
- ii. Incor – Instituto do Coração
- iii. Hospital do Coração

- iv. Hospital Oswaldo Cruz
- v. Hospital São Luiz
- vi. Hospital Albert Einstein
- vii. Hospital Sírio Libanês
- viii. Hospital Samaritano
- ix. Hospital São Camilo

6.3.2 A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter no rol da sua rede credenciada, para atendimentos de maternidade e outros eventos obstétricos e cirúrgicos, pelo menos 3 (três) dentre as entidades abaixo relacionadas:

- i. Hospital Pro-Matre Paulista
- ii. Hospital e Maternidade Santa Joana
- iii. Hospital e Maternidade São Luiz
- iv. Hospital e Maternidade Albert Einstein
- v. Hospital e Maternidade Samaritano

6.3.3 A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter no rol da sua rede credenciada, para atendimentos em pediatria, pelo menos 3 (três) dentre as entidades abaixo relacionadas:

- i. Hospital Infantil Sabará
- ii. Hospital da Criança
- iii. Hospital e Maternidade São Luís
- iv. Hospital e Maternidade Albert Einstein
- v. Hospital Sírio Libanês

6.3.4 A contratada deverá ter credenciadas, durante toda a vigência do contrato, as entidades abaixo relacionadas para atendimentos especializados:

- i. AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente
- ii. Hospital CEMA

6.4. Todos os prontos socorros credenciados deverão prestar atendimento 24 horas, realizando exames e intervenções necessários para conclusão diagnóstica, evitando-se transferências desnecessárias para outros recursos, até a alta do paciente.

6.5. De acordo com as regras hospitalares, os beneficiários poderão utilizar os serviços hospitalares credenciados para cirurgias eletivas com médicos particulares,

podendo solicitar o reembolso dos honorários médicos em conformidade com o item 5.1.

6.6. A prestadora de serviços deverá respeitar a livre escolha dos beneficiários quanto aos hospitais credenciados nos casos de internação.

7 – SERVIÇOS AUXILIARES, LABORATORIAIS E DE DIAGNÓSTICO

7.1. Relação dos Laboratórios para atendimento aos usuários

7.1.1. A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter no rol da sua rede credenciada laboratórios pelo menos 6 (seis) dentre os laboratórios abaixo relacionados, de forma que possam realizar exames sem troca de guias:

- I. Medicina Diagnóstica Lavoisier
- II. Clube DA Medicina Diagnóstica
- III. Laboratório Fleury Medicina Diagnóstica
- IV. Delboni Auriemo Medicina Diagnóstica
- V. Albert Einstein Diagnósticos
- VI. CDB - Centro de Diagnóstico Brasil
- VII. A+ Medicina Diagnóstica
- VIII. Femme – Laboratório da Mulher

7.2. A prestadora de serviços autorizará a realização de exames, mediante solicitação de médico particular ou da rede de saúde pública, nas entidades laboratoriais credenciadas.

8 – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA COMPLEMENTARES

8.1. Tratamentos de Transtornos Psiquiátricos e Dependência Química

8.1.1 Tratamento de dependência química e todos os transtornos psiquiátricos codificados no CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde, volume I, capítulo V - décima revisão, em clínica especializada que atue no tratamento global do indivíduo (físico e psíquico) e que contemple:

- a) Consultas (psiquiatria e dependência química);
- b) Grupos de apoio (psiquiatria e dependência química, com o doente e familiares);

- c) Serviços ambulatoriais em dependência química e psiquiatria (inclusive hospital-dia);
- d) Internação em psiquiatria e dependência química.

8.1.2 atendimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos, incluídos os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto inflingidas.

8.1.3 A contratada deverá manter durante a vigência contratual o credenciamento de 1 (uma) Entidade especializada para os tratamentos acima citados.

8.2. Prestação de assistência médica aos acidentados no trabalho

8.2.1. A prestação de assistência médica aos acidentados no trabalho compreenderá:

- a) Serviços ambulatoriais, cirúrgicos, inclusive de recomposição estética, hospitalares e farmacêuticos durante o pronto atendimento e internação.
- b) O direito à assistência médica aos acidentados no trabalho, acima estabelecida, independe de período de carência;
- c) Os medicamentos utilizados nas instalações e nos hospitais credenciados correrão por conta da Contratada não ficando sob sua responsabilidade os prescritos em receituários;
- d) A contratada deverá manter durante a vigência contratual o credenciamento de 1 (uma) Entidade Médica de Pronto Atendimento para urgências a acidentados, localizada na distância máxima de 5 km da Sede da Contratante.
- e) A emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, deverá ser feita pelo contratante.

8.3. Serviços Especializados em Reabilitação Global do Indivíduo

8.3.1. A contratada deverá manter no rol de credenciados serviços destinados à reabilitação nas especialidades de fisioterapia, ortopedia, cardiologia e neurologia (adulto e infantil), envolvendo:

- a) Fisioterapia (RPG, Forno de Bier, Ondas Curtas, Turbilhão, Exercícios isocinéticos, Ultra-som, Infra-vermelho, Parafina, F.E.S, Prancha Ortostática, Bicicleta Estacionária, Stand Table, Rodas de Ombro)

- b) Acupuntura
- c) Psicologia (individual e grupal), mediante prescrição médica, com pelo menos 40 sessões/ano por beneficiário
- d) Fonoaudiologia (individual e grupal), mediante prescrição médica, com pelo menos 30 sessões/ano por beneficiário

8.4. Tratamento de moléstias congênitas ou hereditárias.

8.5. Serviços de prótese e órtese desde que seja inerente ao ato cirúrgico.

8.6. Atendimento e tratamento às moléstias infecto-contagiosas (inclusive as de notificação compulsória) relacionadas no CID 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde, volume I, capítulo I - décima revisão.

9 – DEMAIS SERVIÇOS

9.1. Reembolso nas urgências e emergências em trânsito dentro do território nacional, nas localidades onde não houver rede credenciada.

9.1.1. Reembolso de no mínimo 2 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira) de despesas médicas, nas urgências e emergências, em trânsito, dentro do território nacional, nas localidades onde não houver rede credenciada. O pagamento do reembolso deverá ser feito no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a entrega da documentação exigida pela contratada.

9.2.1. Ao usuário que contribuir para o plano, decorrente de vínculo empregatício, no caso de rescisão contratual sem justa causa ou aposentadoria, é assegurado o direito à manutenção no mesmo Plano oferecido pela contratante, nas mesmas condições e cobertura contratual, desde que assuma o pagamento integral (empresa + servidor) sem quaisquer acréscimos, mediante condições específicas apresentadas na Lei 9656/98.
São 8 (oito) titulares atualmente na situação descrita acima.

9.3. Remoções

9.3.1. A prestadora de serviços proporcionará remoções inter-hospitalares, em ambulâncias (simples ou com UTI) dos beneficiários, com recursos disponíveis para o atendimento requerido e necessário. O tipo e condições de transporte serão definidos sempre através de expressa

solicitação e parecer do médico assistente.

9.4. Programas de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida Saúde

- a) A contratada deverá desenvolver no mínimo três palestras anuais na Sede da contratante com temas ligados à manutenção e prevenção à saúde, à melhoria da qualidade de vida, à redução do absenteísmo.
- b) A contratada deverá desenvolver programa, na Sede da contratante, que possibilite a avaliação da saúde dos empregados da contratante, com o objetivo de promover melhora da qualidade de vida dos beneficiários, por meio da aplicação de questionários e aferição de indicadores de saúde (glicemia, colesterol, pressão arterial, índice de massa corpórea, etc.) fornecendo a avaliação e recomendações aos segurados. Após o levantamento deverá elaborar e encaminhar relatório gerencial a Gerência de Recursos Humanos da contratante.
- c) A contratada deverá promover campanhas de prevenção de saúde e orientação sobre hábitos saudáveis por meio de folhetos informativos, jornaizinhos, mensagens eletrônicas institucionais.

9.5. Serviço de Apoio à contratante

9.5.1. A contratada deverá dispor de:

- a) central de atendimento 24 horas para informações sobre os serviços contratados, da rede credenciada, para marcação de consultas e exames.
- b) serviço de atendimento à contratante para dar completa assistência e orientação desde a implantação e durante toda vigência contratual, assim como diretamente aos beneficiários, para a perfeita utilização dos serviços contratados.
- c) relatórios mensais com discriminação de consultas, exames, internações e outros procedimentos que tenham sido utilizados, visando análise.
- d) serviço informatizado para administração da contratante no caso de alteração, inclusão, atualização e manutenção de dados cadastrais dos beneficiários.

- e) serviço de consulta via web e/ou aplicativo de todos os serviços e profissionais credenciados, que deverá ser disponibilizado aos beneficiários titulares e dependentes.

10 – SERVIÇOS EXCLUÍDOS

10.1. Ficam excluídos de cobertura somente os seguintes serviços:

- a) Tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais;
- b) Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;
- c) Inseminação artificial;
- d) Os tratamentos de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;
- e) O fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico;
- f) Tratamentos ilícitos ou anti-éticos, assim definidos sob o aspecto legal e/ou médico, ou não reconhecido pelas autoridades competentes;
- g) Casos de cataclismos e guerras;
- h) Estão cobertos todos os procedimentos previstos e reconhecidos no rol de procedimentos médicos de acordo com a última atualização elaborada e editada pela ANS.

11 – CARTÕES E MANUAIS DO PLANO

11.1. A contratada deverá fornecer os cartões de identificação do plano ofertado, gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento dos respectivos documentos pessoais e comprobatórios dos beneficiários inscritos.

11.1.1. Os cartões de identificação deverão conter as informações que permitam o atendimento ao beneficiário em qualquer prestador de serviços médicos.

11.1.2. Os cartões deverão ser válidos por todo o prazo de vigência do contrato. Ocorrendo a hipótese de renovação ou prorrogação do contrato, caberá à Contratada, havendo necessidade, a revalidação ou distribuição de novos cartões de identificação válidos e sem custo para a Contratante.

11.1.3. Ocorrendo o extravio do cartão por parte do beneficiário, o mesmo deverá apresentar uma justificativa por escrito e solicitar o envio de um novo cartão, que deverá ser fornecido sem custo adicional. No caso de furto ou roubo, o respectivo boletim de ocorrência policial deverá acompanhar a justificativa.

11.2. A contratada deverá fornecer 01 (um) manual médico eletrônico ou serviço de consulta via web e/ou aplicativo da rede credenciada do plano ofertado, juntamente com o cartão dos beneficiários na forma física e também na forma digital quando possível.

11.3 A contratada deverá fornecer aos beneficiários a possibilidade de consulta da rede credenciada online, via website na internet.

12 – PRAZOS MÁXIMOS DE ATENDIMENTO

12.1 A contratada deverá fornecer aos beneficiários o prazo máximo de atendimento listado abaixo, ou em menor prazo conforme eventuais futuras resoluções da ANS (contagem em dias úteis).

- a) Consulta básica - pediatria, clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia: 07 (sete) dias;
- b) Consulta nas demais especialidades: 14 (catorze) dias;
- c) Consulta/ sessão com fonoaudiólogo: 10 (dez) dias;
- d) Consulta/ sessão com nutricionista: 10 (dez) dias;
- e) Consulta/ sessão com psicólogo: 10 (dez) dias;
- f) Consulta/ sessão com terapeuta ocupacional: 10 (dez) dias;
- g) Consulta/ sessão com fisioterapeuta: 10 (dez) dias;
- h) Consulta e procedimentos realizados em consultório/ clínica com cirurgião-dentista: 07 (sete) dias;
- i) Serviços de diagnóstico por laboratório de análises clínicas em regime ambulatorial: 03 (três) dias;
- j) Demais serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial: 10 (dez) dias;
- k) Procedimentos de alta complexidade (PAC): 21 (vinte e um) dias;
- l) Atendimento em regimento hospital-dia: 10 (dez) dias;

- m) Atendimento em regime de internação eletiva: 21 (vinte e um) dias;
- n) Urgência e emergência: Imediato;
- o) Consulta de retorno: A critério do profissional responsável pelo atendimento.

13 – SINISTRALIDADE NOS ÚLTIMOS 12 MESES

13.1. Segue abaixo quadro contendo a sinistralidade/utilização do plano vigente nos últimos 12 meses:

Empresa Matriz	Data de Competência	Receita	Custo Total	Sinistralidade	Qtd. Benef. Atendidos	Custo per Capite	Qtd. de Vidas
009479 - FAPESP	Julho/2019	R\$ 920.111,50	R\$ 800.290,49	65,24%	338	R\$ 931,34	631
	Agosto/2019	R\$ 1.043.990,99	R\$ 975.630,92	93,27%	328	R\$ 1.948,83	690
	Setembro/2019	R\$ 904.730,72	R\$ 943.076,82	95,15%	332	R\$ 839,30	632
	Outubro/2019	R\$ 984.730,72	R\$ 466.116,30	47,33%	334	R\$ 737,53	623
	Novembro/2019	R\$ 980.114,09	R\$ 752.122,20	76,84%	356	R\$ 1.197,25	629
	Dezembro/2019	R\$ 1.061.736,99	R\$ 377.693,20	19,28%	319	R\$ 998,81	630
	Janeiro/2020		R\$ 300.412,99	0,00%	314	R\$ 0,00	
	Fevereiro/2020	R\$ 981.672,20	R\$ 525.750,52	54,57%	325	R\$ 850,22	630
	Março/2020	R\$ 970.555,60	R\$ 445.156,97	45,46%	340	R\$ 708,85	629
	Abril/2020	R\$ 984.730,72	R\$ 217.936,46	22,13%	338	R\$ 344,84	632
	Mai/2020	R\$ 985.463,35	R\$ 251.027,60	25,45%	182	R\$ 435,57	639
	Junho/2020	R\$ 991.022,98	R\$ 307.935,83	31,07%	134	R\$ 484,18	638
	Total		R\$ 11.801.082,30	R\$ 6.812.468,82	58,05%	201	R\$ 865,80
Total Geral		R\$ 11.801.082,30	R\$ 6.812.468,82	58,05%	201	R\$ 865,80	631

13.2 Reajuste Técnico:

13.2.2 O índice de sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total de contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração. Se o IS se situar acima de 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento), a contraprestação pecuniária será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$$IS = \Sigma Sa / \Sigma Pp$$

$$IR = IS / 0,70$$

Legenda :

IR = Índice de Reajuste.

IS = Índice de Sinistralidade.

0,70 = Índice Máximo de Sinistralidade.

Sa = Sinistros apurados pela contratada no período analisado.

Pp = contraprestação pecuniária líquida paga à contratada no período analisado.

13.2.3 Sempre que o IR for maior que 01 (um), os prêmios poderão reajustados pelo índice apurado, desde que formalmente solicitado pela CONTRATADA.

13.2.4 As apurações serão feitas mensalmente, sendo que a primeira apuração se dará a partir do 1º mês de vigência do contrato, estabelecendo índices totais mensais e consolidações acumuladas para efeito de acompanhamento, tendo por base a somatória de **Sa** e **Pp**, do período compreendido entre o último mês que serviu de base para o último reajuste aplicado e o mês da efetiva análise, desde que esse período seja limitado a 12 (doze) meses.

13.2.5 Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados do mês de início da prestação dos serviços ou data do último reajuste, nos termos da Resolução Normativa RN Nº 195, de 14 de julho de 2009 e suas respectivas alterações ou outra nova que vier a substituí-la.

14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O contrato de prestação de serviços deverá acompanhar e abranger a edição de Medidas Provisórias, resoluções e regulamentações da Lei Federal n. 9.656/98, durante toda a vigência contratual.

NOTA

Como requisito **obrigatório para assinatura do contrato**, quando da convocação, a licitante vencedora deverá apresentar:

a) comprovação de que possui rede credenciada e serviços que atendam às exigências dos itens 6, 7, 8, e 9 do Memorial Descritivo – Anexo I

Nota de Esclarecimento: O presente Memorial Descritivo foi elaborado pela Gerente de Recursos Humanos da FAPESP, a servidora Ascenção Bela Antonio Molinari, matrícula nº 213.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE A SECRETARIA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, nos termos do §6º, do artigo 27, da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a empresa acima mencionada está em situação regular perante a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO III

Portaria PR-Nº 17/2004 - Sanções Administrativas

Estabelece normas para aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 com alterações posteriores e 10.520/02; e Estadual nº 6.544/89 no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Professor Doutor Carlos Vogt, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 115 da Lei 8.666/93, observadas as alterações promovidas pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, em face do disposto nos artigos 81,86 e 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações que lhe foram incorporadas, dos artigos 79, 80 e 81, da Lei Estadual n.º 6.544, de 22.11.89 e do art.7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, obedecerá, no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, as normas estabelecidas na presente Portaria.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração da FAPESP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

I - multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
II - pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I - atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia; e
II - atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06 % (seis centésimos por cento) ao dia.

Artigo 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
II - multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 5º - A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

Artigo 6º - O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

Artigo 7º - As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE (Decreto Estadual nº 48.326/03), a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

Artigo 8º - A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo órgão de compras, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.

Artigo 9º - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

§ 1º - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

§ 2º - Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§ 3º - Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.

§ 3º - A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 5 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.

§ 4º - Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, sua cobrança será efetuada judicialmente.

Artigo. 10 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.

Artigo 11 - As disposições constantes desta Portaria aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§ 1º - A inexecução total ou parcial do contrato de obras e serviços de engenharia, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência.

II - multa.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, por prazo não superior a dois anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 2º - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, afim evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

§ 3º - A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados no cronograma de execução, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, nos casos de inexecução total e parcial do contrato.

§ 4º - A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.

§ 5º - Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 5 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§ 6º - A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos Administração Estadual, bem como de com eles celebrar contratos.

§ 7º - A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

§ 8º - A aplicação da sanção prevista no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Governador do Estado, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo, no prazo de dez dias, contados da abertura de vistas.

§ 9º - Decorridos 5 (cinco) anos da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

Artigo 12 - A multa prevista no artigo anterior será:

I - de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II - de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III - de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

§ 1º - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pela FAPESP em decorrência da execução contratual.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§ 3º - Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido à conta da FAPESP, através de depósito bancário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

§ 4º - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

Artigo 13 - O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração da FAPESP, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único - A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no artigo 3º desta Portaria, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.

Artigo 14 - O pedido de prorrogação de prazo final da obra, serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Artigo 15 - As multas referidas nesta Portaria não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais legislação correlata.

Artigo 16 - As normas estabelecidas nesta Portaria deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 17 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 22 de outubro de 2004.

Carlos Vogt
Presidente

ANEXO IV

INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES

Objeto – Contratação de empresa especializada no fornecimento de plano de assistência médica ambulatorial, clínica, obstétrica e hospitalar para os servidores da FAPESP e seus dependentes, conforme especificações constantes no **Memorial Descritivo** que integra este Edital como **Anexo I e demais anexos**.

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Obs.: Conforme item V, subitem 3.1.1.1 do Edital, a aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço MENSAL da prestação dos serviços.

ANEXO V

MINUTA

CONTRATO FAPESP N.º XXX/2020
QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO
DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO
DE SÃO PAULO - FAPESP E EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXX.

A **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP** instituída pela Lei Estadual n.º 5.918, de 18 de outubro de 1960, com sede na Rua Pio XI, n.º 1.500, Alto da Lapa, em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 43.828.151/0001-45, nos termos do artigo 11, alínea “a”, da mencionada lei, combinado com o artigo 6º, alínea “a”, do Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual n.º 40.132, de 23 de maio de 1962, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Presidente, Prof. Dr. **Marco Antonio Zago**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.579.713 e do CPF n.º 348.967.088-49, com endereço especial no local acima indicado doravante designada **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Inscrição Estadual n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu XXX, Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º xxxxxxxxxxxxx e do CPF n.º xxxxxxxxxxxxx, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam neste ato, nos termos e para fins do Pregão Eletrônico n.º XXX/2020, proveniente dos autos do Processo FAPESP n.º 19/405 - M, que será regido pelas Leis Federal n.º 8.666/93 e n.º 9.656/98, suas alterações e Resoluções e pela Lei Estadual n.º 6.544/89, e demais legislações pertinentes, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços continuados de assistência médica ambulatorial, clínica, cirúrgica, obstétrica e hospitalar, pela CONTRATADA, aos atuais e futuros integrantes do Quadro de Pessoal da CONTRATANTE, e respectivos dependentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

- 2.1 O presente contrato decorreu da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o n.º XXX/2020.

- 2.2 A Proposta da CONTRATADA datada de xx/xx/2020 é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.
- 2.3 Considera-se parte integrante deste Contrato, o Edital do Pregão Eletrônico n.º XXX/2020 e seus Anexos e a Ata de Sessão do Pregão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços deverão abranger todas as especialidades médicas reconhecidas e as que venham a ser incluídas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial da Saúde, em consonância com a Lei Federal n.º 9.656, de 03 de junho de 1998 e suas alterações.
- 3.2. Os serviços serão executados com plena utilização da Rede Credenciada e para efeitos de credenciamento e atendimento médico/hospitalar deverá incluir no mínimo o Estado de São Paulo, em conformidade com o Anexo I – Memorial Descritivo, do Edital do Pregão Eletrônico.
- 3.2.1. O número total de beneficiários poderá variar de acordo com o Quadro de Pessoal da CONTRATANTE, sem qualquer alteração no preço unitário contratado.
- 3.2.2. Entende-se por beneficiários a soma do número de servidores acrescido de seus dependentes.
- 3.2.3. São considerados beneficiários os servidores ativos do Quadro de Pessoal da FAPESP.
- 3.2.4. São considerados beneficiários dependentes, nos termos da Portaria PR nº 03/2010:
- 3.2.4.1. Cônjuge ou companheiro(a) que comprove união estável com o(a) servidor(a), nos termos da legislação específica, desde que não seja beneficiário de outro plano de saúde, salvo se autocusteadado.
- 3.2.4.2. Filhos(as) e/ou enteados(as) até 21 (vinte e um) anos.
- 3.2.4.3. Filhos(as) e/ou enteados(as) que estiverem matriculados(as) em curso técnico ou universitário, e não possuam qualquer tipo de sustento próprio, até completar 24 (vinte e quatro) anos.
- 3.2.4.4. Filhos(as) e/ou enteados(as) que se encontrarem incapacitados física ou mentalmente para o trabalho, com qualquer idade.

- 3.3. Dependentes já inscritos no Contrato anterior de assistência médica e em situação diferente das acima descritas deverão ser considerados válidos na implantação do plano ofertado neste Contrato.
- 3.4. O beneficiário marcará diretamente com o profissional da rede credenciada o procedimento, apresentando por ocasião do procedimento o cartão de beneficiário, juntamente com o documento de identidade.
- 3.5. A acomodação na rede credenciada hospitalar para casos de internação será em quarto particular com direito a acompanhante.
- 3.6. O período de internação, inclusive em UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) não terá limite de diárias.
- 3.7. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o Anexo I – Memorial Descritivo, do Edital do Pregão Eletrônico, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, honorários, ressarcimentos, reembolsos, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.
- 3.8. Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA COBERTURA E CARÊNCIAS

- 4.1. Os serviços deverão ser iniciados, com a conseqüente cobertura dos beneficiários indicados pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da Ordem de Início dos Serviços - OIS, expedida pela Gerência Administrativa.
- 4.2. Excepcionalmente, decorrente de fato superveniente devidamente justificado no respectivo processo, o prazo de início dos serviços poderá ser prorrogado, desde que autorizado pelo Gerente Administrativo, da CONTRATANTE, nos termos do artigo 1º, inciso VII, da Portaria FAPESP PR n.º 11/2009.
- 4.3. Ocorrendo atraso no prazo de início dos serviços, a CONTRATADA será constituída em mora, independentemente de notificação, e a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades estabelecidas neste instrumento, bem como rescindir o Contrato.
- 4.4. Ausência de carência (zero), para qualquer evento, dando total cobertura para os beneficiários inscritos desde o primeiro dia da sua implantação.

- 4.5. Para os servidores contratados a partir da vigência deste Plano de Assistência Médica a utilização dos serviços deverá ocorrer nos seguintes termos:
- 4.5.1. Nos primeiros 30 (trinta) dias de trabalho do servidor, inclusão apenas para o titular e seus respectivos dependentes, sem necessidade de cumprimento de carências para a utilização dos serviços contratados.
- 4.5.2. No caso de inclusão de dependente feita após o prazo de 30 (trinta) acima estipulado haverá a obrigatoriedade do cumprimento dos períodos de carências previstas no item 4.3- Tabela de Carências, constante do Anexo I – Memorial Descritivo.
- 4.6. Para os servidores contratados antes da vigência deste Plano de Assistência Médica, a inclusão de dependentes deverá ocorrer nos seguintes termos:
- 4.6.1. A inclusão de dependentes, especificados no subitem 3.2.4, no plano do titular, deverá ser feita até 30 (trinta) dias após o fato gerador (casamento, nascimento, adoção) sem necessidade de cumprimento de carências para a utilização dos serviços contratados, sendo que deverá ser observada a documentação comprobatória para inclusão.
- 4.6.2. No caso de inclusão de dependente feita após o prazo de 30 dias do fato gerador haverá a obrigatoriedade do cumprimento dos períodos de carências previstas no item 4.3 - Tabela de Carências, constante do Anexo I – Memorial Descritivo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO

- 5.1. Haverá a perda da condição de beneficiário na hipótese de rescisão do contrato de trabalho mantido com a CONTRATANTE.
- 5.1.1. O beneficiário que contribuir para o Plano, decorrente de vínculo empregatício, no caso de rescisão contratual sem justa causa ou aposentadoria, é assegurado o direito à manutenção no mesmo Plano oferecido pela CONTRATANTE, nas mesmas condições e cobertura contratual, desde que assuma o pagamento integral (empresa + servidor) sem quaisquer acréscimos, mediante condições específicas apresentadas na Lei Federal n.º 9.656/1998.
- 5.2. Perderá a condição de beneficiário dependente:

- 5.2.1. Cônjuge ou companheiro(a) separado ou divorciado, mediante apresentação da respectiva certidão, nos termos da legislação específica.
 - 5.2.2. Filhos(as) e/enteados(as) quando completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se matriculados(as) em curso técnico ou universitário;
 - 5.2.3. Filhos(as) e/ou enteados(as) quando completarem 24 (vinte e quatro) anos de idade, independentemente de estarem matriculados(as) em curso técnico ou universitário, e não possuam qualquer tipo de sustento próprio.
- 5.3. Em toda a exclusão de beneficiário, a CONTRATANTE obriga-se a solicitar a devolução do cartão de beneficiário. Não sendo possível, o beneficiário titular assinará uma declaração de responsabilidade sobre o uso indevido do mesmo.
- 5.4. Durante a vigência deste Contrato, poderão ocorrer exclusões de beneficiários, que serão processadas ao final de cada mês, passando a vigorar a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente, mediante a devolução dos respectivos cartões de beneficiários, ou declaração de responsabilidade, nos termos do item 5.3.

CLÁUSULA SEXTA – COBERTURA DOS SERVIÇOS REDE DE ATENDIMENTO CREDENCIADA

- 6.1. A CONTRATADA deverá dispor de rede credenciada (assistência médica ambulatorial, hospitalar, cirúrgica, obstétrica, clínicas especializadas e laboratórios), sem limite de utilização e distribuída proporcionalmente em todas as regiões abrangidas, sendo mínimo o Estado de São Paulo, com quantidade suficiente para assegurar o pronto atendimento, internações, eventos cirúrgicos, consultas, exames e procedimentos clínicos ambulatoriais, hospitalares e terapêutico, reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina, devendo ainda proporcionar:
- 6.1.1. Consultas Médicas: Livre escolha, com reembolso de despesas de no mínimo 3 (três) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira), ou atendimento na rede credenciada.
 - 6.1.2. Exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento: Livre escolha, com reembolso de despesas de no mínimo 2 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira), ou atendimento na rede credenciada.
 - 6.1.3. Internação: Livre escolha, com reembolso de despesa de no mínimo 2 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 para os honorários da equipe médica e reembolso integral das despesas com diárias e taxas hospitalares, com direito a

acompanhante. No caso da utilização de hospitais credenciados cobertura total das despesas de custeio de honorários médicos, diárias e taxas hospitalares, com direito a acompanhante.

- 6.2. Na ocorrência de credenciamento de qualquer prestador de serviços, a contratada deverá proceder à substituição dentre aqueles constantes dos grupos relacionados nos subitens 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4 e 7.1.1, com a devida formalização perante a FAPESP.
- 6.3. Na impossibilidade da substituição prevista no item 6.2, devidamente justificada, a contratada poderá propor outro estabelecimento equivalente, desde que com prévia aprovação da FAPESP, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 6.4. Na hipótese de substituição do estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da operadora durante o período de internação de algum funcionário da FAPESP, ou seu dependente, essa internação prosseguirá no mesmo local até que ocorra a alta, a critério médico, obrigando-se a contratada a pagar todas as despesas até a alta hospitalar.
- 6.5. Para os casos de internações e tratamentos em decorrência de acidente de trabalho e gestações existentes e cobertas pela empresa de assistência médica anteriormente contratada, Amil Assistência Médica Ltda., deverá ser garantida, pela CONTRATADA, a continuidade de tratamento com o mesmo profissional e hospital, ou reembolso integral das despesas médicas e hospitalares, por pelo menos 90 (noventa) dias da data de implantação do novo Plano de assistência médica.
- 6.6. A marcação de consultas e exames deverá obedecer a um prazo de espera não superior ao constante no Memorial Descritivo, item 12.1, salvo nas hipóteses devidamente justificáveis pela CONTRATADA.
- 6.7. Manter a CONTRATANTE informada das alterações a serem ocorridas no rol da rede credenciada e atualizar, sempre que se fizer necessário, a relação dos credenciados e seus respectivos dados cadastrais.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

- 6.8. O atendimento na Rede Credenciada hospitalar deverá abranger o pronto atendimento de urgências e emergências, internação para tratamentos clínicos e

eventos cirúrgicos/obstétricos sem limite de diárias e de utilização de UTI. Nos serviços hospitalares da Rede Credenciada deverão estar inclusos:

- a) serviços médicos de todas especialidades;
- b) exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica;
- c) fornecimento de medicamentos, anestésicos, oxigênio;
- d) serviços gerais de enfermagem e instrumentação;
- e) taxa de sala de cirurgia, incluindo materiais utilizados, assim como, da remoção do paciente, quando necessária, para outro estabelecimento hospitalar;
- f) despesas de acompanhante;
- g) hemodiálise e diálise peritonial – CAPD
- h) quimioterapia;
- i) radioterapia incluindo radiomoldagem, radioimplante e braquiterapia;
- j) hemoterapia;
- k) nutrição parenteral ou enteral;
- l) procedimentos diagnósticos e terapêuticos em hemodinâmica;
- m) embolizações e radiologia intervencionista;
- n) exames pré-anestésicos ou pré-cirúrgicos;
- o) fisioterapia;
- p) serviço de remoção (ambulância, helicóptero, jato).

6.9. Havendo disponibilidade de instalações, se o paciente desejar internação em acomodação de categoria superior a que está cadastrado, e/ou serviços extraordinários não especificadamente cobertos neste Contrato, deverá pagar os respectivos custos diretamente ao hospital, de acordo com as tabelas e normas do mesmo, inclusive diferença de honorários médicos.

6.10. Relação dos Hospitais e Pronto-Socorros, para atendimento aos beneficiários:

6.10.1. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência do Contrato, manter no rol da sua rede credenciada, com atendimentos gerais de Pronto Socorro e Hospital (internação para tratamentos clínicos e eventos cirúrgicos) as entidades abaixo relacionadas. Quando a entidade tiver 02 (duas) ou mais unidades, deverá manter credenciada ao menos 01 (uma) unidade das abaixo indicadas:

- i. Hospital Santa Catarina
- ii. Incor – Instituto do Coração

- iii. Hospital do Coração
- iv. Hospital Oswaldo Cruz
- v. Hospital São Luiz
- vi. Hospital Albert Einstein
- vii. Hospital Sírio Libanês
- viii. Hospital Samaritano
- ix. Hospital São Camilo

6.10.2. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência do Contrato, manter no rol da sua rede credenciada as entidades abaixo relacionadas, para atendimentos de maternidade e outros eventos obstétricos e cirúrgicos:

- i. Hospital Pro-Matre Paulista
- ii. Hospital e Maternidade Santa Joana
- iii. Hospital e Maternidade São Luiz
- iv. Hospital e Maternidade Albert Einstein
- v. Hospital Samaritano

6.10.3. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência do Contrato, manter no rol da sua rede credenciada as entidades abaixo relacionadas para atendimentos em pediatria:

- i. Hospital Infantil Sabará
- ii. Hospital da Criança
- iii. Hospital e Maternidade São Luís
- iv. Hospital e Maternidade Albert Einstein
- v. Hospital Sírio Libanês

6.10.4. A CONTRATADA deverá ter credenciadas, durante toda a vigência do Contrato, as entidades abaixo relacionadas para atendimentos especializados:

- AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente
- Hospital CEMA

6.11. Todos os prontos socorros credenciados deverão prestar atendimento 24 horas, realizando exames e intervenções necessários para conclusão diagnóstica, evitando-se transferências desnecessárias para outros recursos, até a alta do paciente.

6.12. De acordo com as regras hospitalares, os beneficiários poderão utilizar os serviços hospitalares credenciados para cirurgias eletivas com médicos particulares, podendo solicitar o reembolso dos honorários médicos em conformidade com o item 6.1. e

seus subitens, deste Contrato.

- 6.13. A CONTRATADA deverá respeitar a livre escolha dos beneficiários quanto aos hospitais credenciados nos casos de internação.

SERVIÇOS AUXILIARES, LABORATORIAIS E DE DIAGNÓSTICO

- 6.14. Relação dos Laboratórios para atendimento aos usuários

- 6.15. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência do Contrato, manter no rol da sua rede credenciada laboratórios da relação abaixo, de forma que possam realizar exames sem troca de guias:

- i. Medicina Diagnóstica Lavoisier
- ii. Clube DA Medicina Diagnóstica
- iii. Laboratório Fleury Medicina Diagnóstica
- iv. Delboni Auriemo Medicina Diagnóstica
- v. Albert Einstein Diagnósticos
- vi. Campana Medicina Diagnóstica

- 6.16. Além dos exames laboratoriais e serviços complementares previstos no Rol do Conselho de Saúde Suplementar, deverão ser incluídos também os reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina.

- 6.17. A prestadora de serviços autorizará a realização de exames, mediante solicitação de médico particular ou da rede de saúde pública, nas entidades laboratoriais credenciadas.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA COMPLEMENTARES

- 6.18. Tratamentos de Transtornos Psiquiátricos e Dependência Química:

- 6.18.1. Tratamento de dependência química e todos os transtornos psiquiátricos codificados no CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde, volume I, capítulo V - décima revisão, em clínica especializada que atue no tratamento global do indivíduo (físico e psíquico) e que contemple:
- a) consultas (psiquiatria e dependência química);
 - b) grupos de apoio (psiquiatria e dependência química, com o doente e familiares);

- c) serviços ambulatoriais em dependência química e psiquiatria (inclusive hospital-dia);
- d) internação em psiquiatria e dependência química de até 30 dias anuais por beneficiário.

6.18.2. Atendimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos, incluídos os procedimentos médicos necessários ao atendimento das lesões auto infringidas.

6.18.3. A CONTRATADA deverá manter durante a vigência contratual o credenciamento de 1 (uma) Entidade especializada para os tratamentos acima citados.

6.19. Prestação de assistência médica aos acidentados no trabalho:

6.19.1. A prestação de assistência médica aos acidentados no trabalho compreenderá:

- a) serviços ambulatoriais, cirúrgicos, inclusive de recomposição estética, hospitalares e farmacêuticos durante o pronto atendimento e internação;
- b) direito à assistência médica aos acidentados no trabalho, acima estabelecida, independe de período de carência;
- c) os medicamentos utilizados nas instalações e nos hospitais credenciados correrão por conta da mesma, não ficando sob sua responsabilidade os prescritos em receituários;
- d) a CONTRATADA deverá manter durante a vigência contratual o credenciamento de 1 (uma) Entidade Médica de Pronto Atendimento para urgências aos acidentados, com localização próxima à Sede da CONTRATANTE.
- e) a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, deverá ser feita pela CONTRATANTE.

6.20. Serviços Especializados em Reabilitação Global do Indivíduo:

6.20.1. A CONTRATADA deverá manter no rol de credenciados serviços destinados à reabilitação nas especialidades de fisioterapia, ortopedia, cardiologia e neurologia (adulto e infantil), envolvendo:

- a) Fisioterapia (RPG, Forno de Bier, Ondas Curtas, Turbilhão, Exercícios isocinéticos, Ultra-som, Infra-vermelho, Parafina, F.E.S, Prancha Ortostática, Bicicleta Estacionária, Stand Table, Rodas de Ombro);
- b) Acupuntura;
- c) Psicologia (individual e grupal), mediante prescrição médica, com pelo menos 40 sessões/ano por beneficiário;
- d) Fonoaudiologia (individual e grupal), mediante prescrição médica, com pelo menos 30 sessões/ano por beneficiário.

6.21. Tratamento de moléstias congênicas ou hereditárias.

6.22. Serviços de prótese e órtese desde que seja inerente ao ato cirúrgico.

6.23. Atendimento e tratamento às moléstias infecto-contagiosas (inclusive as de notificação compulsória) relacionadas no CID 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde, volume I, capítulo I - décima revisão.

DEMAIS SERVIÇOS

6.24. Reembolso nas urgências e emergências em trânsito dentro do território nacional, nas localidades onde não houver rede credenciada.

6.24.1. Reembolso de no mínimo 2 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira) de despesas médicas, nas urgências e emergências, em trânsito, dentro do território nacional, nas localidades onde não houver rede credenciada. O pagamento do reembolso deverá ser feito no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a entrega da documentação exigida pela CONTRATADA.

6.24.2. Ao usuário que contribuir para o plano, decorrente de vínculo empregatício, no caso de rescisão contratual sem justa causa ou aposentadoria, é assegurado o direito à manutenção no mesmo Plano oferecido pela CONTRATANTE, nas mesmas condições e cobertura contratual, desde que assumo o pagamento integral (empresa + servidor) sem quaisquer acréscimos, mediante condições específicas apresentadas na Lei Federal n.º 9.656/98.

6.25. Remoções:

6.24.1. A prestadora de serviços proporcionará remoções inter-hospitalares, em ambulâncias, helicópteros ou jatos (simples ou com UTI), dos beneficiários, com recursos disponíveis para o atendimento requerido e necessário. O tipo e condições de transporte serão definidos sempre através de expressa solicitação e parecer do médico assistente.

6.25. Programas de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida Saúde:

6.25.1. A CONTRATADA deverá desenvolver no mínimo 03 (três) palestras anuais na CONTRATANTE com temas ligados à manutenção e prevenção à saúde, à melhoria da qualidade de vida, à redução do absenteísmo.

6.25.2. A CONTRATADA deverá desenvolver programa que possibilite a avaliação da saúde dos empregados da contratada, com o objetivo de promover melhora da qualidade de vida dos beneficiários, por meio da aplicação de questionários e aferição de indicadores de saúde (glicemia, colesterol, pressão arterial, índice de massa corpórea, etc.) fornecendo a avaliação e recomendações aos segurados. Após o levantamento deverá elaborar e encaminhar relatório gerencial a Gerência de Recursos Humanos da CONTRATANTE.

6.25.3. A CONTRATADA deverá promover campanhas de prevenção de saúde e orientação sobre hábitos saudáveis por meio de folhetos informativos, jornaizinhos, mensagens eletrônicas institucionais.

6.26. Serviço de Apoio à CONTRATANTE:

6.26.1. A CONTRATADA deverá dispor de:

- a) central de atendimento 24 horas para informações sobre os serviços contratados, da rede credenciada, para marcação de consultas e exames;
- b) serviço de atendimento à CONTRATANTE para dar completa assistência e orientação desde a implantação e durante toda vigência contratual, assim como diretamente aos beneficiários, para a perfeita utilização dos serviços contratados;

- c) relatórios mensais com discriminação de consultas, exames, internações e outros procedimentos que tenham sido utilizados, visando análise;
- d) serviço informatizado para administração da CONTRATANTE no caso de alteração, inclusão, atualização e manutenção de dados cadastrais dos beneficiários;
- e) manual contendo todos os serviços e profissionais credenciados, que deverá ser fornecido aos beneficiários titulares ou que tenha no site da CONTRATADA todos os prestadores cadastrados para consulta online.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME OU TIPO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O regime da contratação é coletivo empresarial, com inscrição compulsória.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEMBOLSO

8.1. Haverá o reembolso diretamente ao beneficiário quando da utilização, por este, de profissionais ou serviços fora da rede própria ou credenciada pelo Plano, nos termos do item 5.1, da Cláusula Sexta deste Contrato.

8.1.1. O reembolso será de no mínimo 2 (duas) vezes a Tabela da AMB-92 (Associação Médica Brasileira) de despesas médicas, nas urgências e emergências, em trânsito, dentro do território nacional, nas localidades onde não houver rede credenciada.

8.1.2. O pagamento do reembolso deverá ser feito no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a entrega da documentação exigida pela CONTRATADA, nos termos do subitem 6.23.1, da Cláusula Sexta.

8.2. Caso a CONTRATADA não efetue o reembolso dentro do prazo estipulado, deverá fazê-lo atualizando financeiramente o seu valor a partir da data de protocolo do requerimento, com base no IPC-Saúde da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ou outro que vier a substituí-lo.

8.3. A forma de operacionalização da retirada/entrega dos documentos e do reembolso de valores seguirá os procedimentos da CONTRATADA, para posterior divulgação aos beneficiários.

CLÁUSULA NONA – DOS SERVIÇOS EXCLUÍDOS

9.1. Ficam excluídos de cobertura somente os seguintes serviços:

- a) tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais;
- b) procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;
- c) inseminação artificial;
- d) tratamentos de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;
- e) fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico;
- f) tratamentos ilícitos ou anti-éticos, assim definidos sob o aspecto legal e/ou médico, ou não reconhecido pelas autoridades competentes;
- g) casos de cataclismos e guerras;
- h) todos os procedimentos não previstos ou não reconhecidos no Rol de Procedimentos Médicos pela Agencia Nacional de Saúde - ANS.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CARTÕES DE BENEFICIÁRIO

- 10.1. A CONTRATADA fornecerá, gratuitamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento dos respectivos documentos pessoais e comprobatórios dos beneficiários inscritos, um cartão de beneficiário individual, a fim de ser utilizado nos locais credenciados, juntamente com um documento pessoal.
- 10.2. Ocorrendo o extravio do cartão por parte do beneficiário, o mesmo deverá apresentar uma justificativa por escrito e solicitar o envio de um novo cartão que deverá ser fornecido, sem custo adicional. Caso o mesmo tenha sido roubado ou furtado deverá ser apresentado o respectivo boletim de ocorrência policial.
- 10.3. Enquanto os cartões não forem emitidos, ocorrendo casos de necessidade, emergência ou urgência, a CONTRATADA fará o encaminhamento do beneficiário ao serviço credenciado apto a prestar o atendimento.
- 10.4. Os cartões de identificação deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 10.4.1. Plano a que pertence o beneficiário.
 - 10.4.2. FAPESP.
 - 10.4.3. Nome do beneficiário.

- 10.4.4. Número do cartão.
 - 10.4.5. Validade do cartão; e
 - 10.4.6. Telefone para informações
- 10.5. Os cartões deverão ter prazo de validade no mínimo pelo prazo de vigência do Contrato. Ocorrendo a hipótese de renovação ou prorrogação do Contrato, caberá à CONTRATADA, havendo necessidade, a distribuição de novos cartões de identificação, antes do seu vencimento, sem custo para a CONTRATANTE.
- 10.6. A CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) Manual Médico atualizado (contendo toda a rede credenciada do plano ofertado), para cada beneficiário titular, juntamente com a entrega dos cartões.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REDE DE ATENDIMENTO CREDENCIADA

- 11.1. A CONTRATADA deverá, durante toda a vigência deste Contrato, manter no rol da sua rede credenciada, todas as entidades estabelecidas no item 6.10, e seus subitens, e ao item 6.14, e seus subitens, da Cláusula Sexta, deste Contrato.
- 11.2. Na ocorrência de descredenciamento de qualquer entidade, por iniciativa dessa, devidamente comprovada, a CONTRATADA indicará outra entidade no mesmo porte e nível técnico da entidade descredenciada, desde que com a anuência prévia da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 12.1. A CONTRATANTE, além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, se obriga a:
- 12.1.1 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta;
 - 12.1.2. exercer a fiscalização dos serviços;
 - 12.1.3. prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços contratados;
 - 12.1.4. efetuar o pagamento nos termos e nos prazos elencados neste Contrato.

- 12.2. A CONTRATADA, além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato, na Proposta e de outras decorrentes da natureza do ajuste, se obriga a:
- 12.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - 12.2.2. designar por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o início dos serviços, preposto(s) com poderes para atendimento de possíveis ocorrências durante a execução deste Contrato;
 - 12.2.3. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;
 - 12.2.4. dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
 - 12.2.5. prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
 - 12.2.6. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente o presente Contrato, nem subcontratar, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;
 - 12.2.7. estabelecer dispositivos claros e objetivos de modo a possibilitar à CONTRATANTE o controle rápido e eficaz quanto à execução dos serviços;
 - 12.2.8. responder por todos os impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre as atividades resultantes deste Contrato;
 - 12.2.9. responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, dissídios coletivos, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como pelo cumprimento das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho, resultantes da execução deste Contrato, sem a transferência de qualquer ônus à CONTRATANTE;
 - 12.2.10. manter-se durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento licitatório;

- 12.2.11. não utilizar quaisquer informações às quais tenha acesso em virtude deste Contrato, em benefício próprio ou em trabalhos de qualquer natureza, nem divulgá-las sem autorização por escrito da CONTRATANTE;
- 12.2.12. prestar os serviços de acordo com os parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica e pela legislação;
- 12.2.13. reexecutar serviços sempre que solicitado pela CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis aos mesmos;
- 12.2.14. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor atualizado do Contrato, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

12.3. À CONTRATADA ainda se obriga a cumprir as demais obrigações contidas no Anexo I – Memorial Descritivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MEDIÇÕES

13.1. As medições para efeito de pagamento serão realizadas a partir do relatório contendo o quantitativo de beneficiários e os valores unitários e totais correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO

- 14.1. A CONTRATADA executará os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço unitário, constante da Proposta Comercial, a saber: **R\$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxx)**.
- 14.2. Nos preços estão incluídos todos os custos, inclusive os referentes às despesas trabalhistas e previdenciárias, taxas, emolumentos, seguros, transporte, acessórios, honorários periciais, e quaisquer outras despesas e encargos incidentes, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA, além do preço acima estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O valor mensal estimado deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxx)**,

totalizando para o período de 12 (doze) meses de contrato o valor de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (xxxxxxxxxx)**.

- 15.2. Os pagamentos serão realizados considerando-se as quantidades de beneficiários efetivamente cadastrados no mês da prestação dos serviços.
- 15.2. O valor total descrito no item 15.1. onerará verbas orçamentárias sob a classificação Funcional Programática n.º 1912210445699.0000 – Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Natureza da Despesa n.º 33.90.39, do exercício de 2021 que apresenta saldo disponível e para o exercício de 2022 os valores serão consignados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 16.1. Os pagamentos serão efetuados em regime de pós-pagamento, ou seja, após cada período mensal de prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá especificar o número deste Contrato e dos autos do processo correspondente.
- 16.2. As faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra a CONTRATANTE, e apresentadas ao Gestor do Contrato, bem como os relatórios mensais e os documentos necessários, até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 16.3. Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, Agência n.º xxxxx-x, Conta n.º xxxxxx, de acordo com o Decreto Estadual n.º 55.357/10.
- 16.4. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do aceite no correspondente documento fiscal, de acordo com o Decreto Estadual n.º 32.117/90, com redação dada pelo Decreto Estadual n.º 43.914/99. A CONTRATANTE não efetuará o pagamento por meio de boleto bancário.
- 16.5. A apresentação da Nota Fiscal em desconformidade implicará na devolução à CONTRATADA para sua regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de reapresentação do documento.
- 16.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual.

- 16.7. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá atualização financeira e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata temporis”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. Reajuste Financeiro:

17.1.1. Os preços contratados serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data da apresentação pela CONTRATADA de sua proposta comercial, com base na variação do índice IPC-Saúde da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ou outro que vier a substituí-lo.

17.1.2. Em conformidade com a legislação vigente e, em especial com o estabelecido no art. 2º, inciso VII, alínea “f”, do Decreto Estadual n.º 27.133/87, os preços serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da variação do Índice de Preços e Serviços, conforme segue:

$$R = Po \cdot \left[\left(\frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor - Saúde, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

17.1.3. A periodicidade anual de que trata o subitem anterior, será contada a partir da **data da apresentação da Proposta Comercial**, nos termos do art. 4º, do Decreto Estadual n.º 48.326/2003 e suas alterações.

17.2. Reajuste Técnico:

17.2.1. O Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, será sempre o resultado da divisão total dos sinistros por data de atendimento pelo total de contraprestação pecuniária líquida cobrada durante o período de apuração. Se o IS se situar acima de 0,70 (setenta centésimos) ou 70% (setenta por cento), a contraprestação pecuniária será reajustada, conforme a seguinte fórmula:

$$IS = \Sigma Sa / \Sigma Pp$$

$$IR = IS / 0,70$$

Onde:

IR = Índice de Reajuste.

IS = Índice de Sinistralidade.

0,70 = Índice Máximo de Sinistralidade.

Sa = Sinistros apurados pela contratada no período analisado.

Pp = contraprestação pecuniária líquida paga à contratada no período analisado.

- 17.2.2. Sempre que o IR for maior que 01 (um), os prêmios poderão reajustados pelo índice apurado, desde que formalmente solicitado pela CONTRATADA.
- 17.2.3. As apurações serão feitas mensalmente, sendo que a primeira apuração se dará a partir do 1º mês de vigência do contrato, estabelecendo índices totais mensais e consolidações acumuladas para efeito de acompanhamento, tendo por base a somatória de Sa e Pp, do período compreendido entre o último mês que serviu de base para o último reajuste aplicado e o mês da efetiva análise, desde que esse período seja limitado a 12 (doze) meses.
- 17.2.4. Qualquer variação positiva na contraprestação pecuniária, seja reajuste financeiro ou técnico, deverá respeitar a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contados do mês de início da prestação dos serviços ou data do último reajuste, nos termos da Resolução Normativa RN n.º 195, de 14 de julho de 2009 e suas respectivas alterações ou outra nova que vier a substituí-la.
- 17.3. A falta de consenso na renegociação impedirá a prorrogação da vigência contratual, observada a cláusula pertinente, promovendo-se nova licitação, sempre que cabível.
- 17.4. O reajuste deverá ser feito, mediante requerimento fundamentado pela CONTRATADA dirigido à Gerência Administrativa da CONTRATANTE.
- 17.5. Havendo deferimento do pedido de reajuste, este será efetuado por simples comunicação entre as Partes, por meio da Gerência Administrativa da CONTRATANTE, e fará parte integrante deste Termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. Para a garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais, a CONTRATADA prestará, no prazo de até 05 (cinco) dias subsequente à assinatura deste

instrumento, garantia no total de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, correspondendo a R\$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

- 18.2. A garantia referida no item 18.1 será reforçada na razão de 5% (cinco por cento) do montante de qualquer aumento do valor contratual.
- 18.3. A garantia e seus reforços referidos nesta Cláusula poderão ser efetuados mediante caução em dinheiro, fiança bancária, Títulos da Dívida Pública ou seguro garantia.
- 18.4. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.
- 18.5. A autorização contida no item 18.4 anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.
- 18.6. A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, ou em virtude de aditamento ou reajuste no valor do contrato.
- 18.7. A garantia será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 18.8. A garantia, prestada na modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1. A fiscalização deste Contrato será feita pelo Gestor designado pelo Gerente Administrativo da CONTRATANTE, nos termos do artigo 67, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 19.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer profissionais da equipe técnica ou prepostos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

- 20.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, nos termos da Portaria PR FAPESP n.º 17/2004, disponível em www.fapesp.br, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:
- 20.1.1. advertência;
 - 20.1.2. multa de:
 - a) 0.03% (três centésimos por cento) ao dia sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na prestação dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06% (seis centésimos por cento), ao dia.
 - b) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou
 - c) multa correspondente à diferença do preço decorrente de nova contratação para o mesmo fim;
 - 20.1.3. suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a FAPESP, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
 - 20.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 20.2. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.
- 20.3. A aplicação da multa de mora estabelecida no item anterior não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as sanções previstas no subitem 20.1.
- 20.4. O valor das multas aplicadas poderá ser pago diretamente pela CONTRATADA ou ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, se necessário, a cobrança judicial.

- 20.5. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE, desde que formuladas pela CONTRATADA no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar ciência, mediante protocolo, da aplicação da sanção.
- 20.6. A aplicação de quaisquer sanções administrativas não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- 20.7. A aplicação das penalidades não impede a CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados, ou quaisquer outras despesas decorrentes das faltas cometidas pela CONTRATADA.
- 20.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

- 21.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos artigos 77 a 79, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o que a CONTRATADA declara conhecer.
- 21.2. No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE de aplicar as sanções previstas no Edital, neste Contrato e na legislação que rege a licitação.
- 21.3. Os casos de rescisão contratual, serão formalmente motivados, nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 21.4. No caso de rescisão, a CONTRATANTE fixará o prazo para o término dos tratamentos já autorizados e em andamento, não sendo autorizados novos tratamentos, exceto urgências contratuais comprovadas. As movimentações cadastrais também ficam suspensas, exceto demissões comprovadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 22.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data estabelecida para o início dos serviços, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a critério da CONTRATANTE, mediante assinatura de Termo Aditivo.

- 22.2. A não prorrogação contratual, por razões de conveniência da CONTRATANTE, não gerará para a CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.
- 22.3. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o item 22.1, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pela CONTRATANTE em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do prazo de vigência deste Contrato, ou de cada uma das prorrogações.
- 22.4. Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo a este Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA TOLERÂNCIA

- 23.1. Caso uma das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer cláusula ou condições deste Contrato e/ou documentos que o integram, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

- 24.1. Todas as comunicações trocadas entre as Partes serão por escrito e mediante protocolo.
- 24.2. As comunicações da CONTRATANTE serão subscritas pelo seu representante legal, ou pelo Gerente Administrativo, ou pelo Gerente Adjunto de Contratos, ou pelo Gestor do Contrato.
- 24.3. As comunicações da CONTRATADA serão subscritas pelo seu representante legal ou pelo responsável indicado.
- 24.4. As comunicações da CONTRATADA dirigidas à CONTRATANTE deverão mencionar o número deste Contrato e serão endereçadas nominalmente à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Gerência de Recursos Humanos, na Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa. E-mail: rh@fapesp.br**
- 24.5. As comunicações da CONTRATANTE dirigidas à CONTRATADA deverão mencionar o número deste Contrato e serão endereçadas nominalmente à(o) Sr.(a).....

24.6. As comunicações deverão referir-se apenas a itens deste Contrato, e também poderão ser utilizadas para o encaminhamento dos Relatórios, Notas/Fiscais e outros documentos inerentes ao presente Contrato.

24.7. Nenhuma comunicação terá o condão de alterar qualquer Cláusula deste Contrato ou da Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

25.1. A CONTRATADA declara neste ato que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente acordo, em especial a Lei Federal n.º 12.486, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições das regras anticorrupção.

25.2. Para fins da presente Cláusula, a CONTRATADA declara, neste ato, que:

25.2.1. Não violou, viola ou violará as normas nacionais e internacionais anticorrupção;

25.2.2. Tem ciência que qualquer atividade que viole as normas anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.

25.3. Qualquer descumprimento das normas anticorrupção, no âmbito deste acordo, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará sua rescisão, independentemente de qualquer notificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

26.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do extrato deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do próximo mês, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subsequentes àquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO

27.1 Para dirimir as questões oriundas do presente contrato é competente o Foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

São Paulo, de de 2021.

CONTRATANTE

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Presidente

CONTRATADA

Representante
Cargo

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

RG.:

2. _____

Nome:

RG.:

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)**

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO N° (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ N° OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n°01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**Contrato elaborado pelo servidor Marcos Roberto Ribeiro, Matrícula 610, do Setor de
Contratos da Gerência Administrativa**

PORTARIA GA N.º XXX, de XX de XXXX de 2020.

O Gerente Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais expede a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica designado, com fundamento no artigo 67, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações o(a) servidor(a) **xxxxxx**, portador(a) da cédula de identidade RG n.º XXXXXXXX SSP/SP, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições do **Contrato FAPESP n.º XXX/2020** – Proc. 19/405 - M, celebrado com **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na qualidade de Gestor do Contrato.

Art. 2º Ao Gestor do Contrato, no âmbito de suas atribuições, compete:

- a) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas e condições contratuais pela Contratada;
- b) receber as respectivas Notas Fiscais e encaminhá-las, devidamente aceitas, à Gerência Administrativa para as providências cabíveis;
- c) atestar a compatibilidade dos serviços com as cláusulas e condições contratuais;
- d) apresentar os comentários operacionais sobre os serviços;
- e) registrar nos autos do Processo todas as ocorrências anômalas relacionadas com o cumprimento das cláusulas e condições contratuais, propondo à Gerência Administrativa o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
- f) manifestar sobre eventuais apontamentos ou recomendações sobre a execução do Contrato.

Art. 3º As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gestor deverão ser solicitadas ao Gerente Administrativo, em tempo hábil para a adoção das medidas.

Art. 4º A designação é feita sem prejuízo das demais atribuições da função, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional.

Art. 5º - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir da data da assinatura.

Dantogles de Alcantara e Silva
Gerente Administrativo

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO SE ENQUADRA EM
NENHUMA DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa mencionada acima não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2 do Item II – Da Participação - deste Edital.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO**

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa acima mencionada atende plenamente às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS ARTIGOS 5º-C E 5º-D DA LEI FEDERAL
Nº 13.467/2017

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa acima mencionada atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM IV, SUBITEM 1.5.1. e) DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS
CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM IV, SUBITEM 1.5.1. f) DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que a cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006:

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO XI

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP
Pregão Eletrônico nº. **10/2020**
Processo nº. 19/405-M

OBJETO – Contratação de empresa especializada no fornecimento de plano de assistência médica ambulatorial, clínica, obstétrica e hospitalar para os servidores da FAPESP e seus dependentes, conforme especificações constantes no **Memorial Descritivo** que integra este Edital como **Anexo I**, nas quantidades e especificações definidas, com as seguintes características:

Previsão de Beneficiários (A)	Preço Unitário por Beneficiário (B)	Valor Total Mensal (C) = (A) x (B)	Valor Total Anual (D) = (C) x 12 meses
631	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

OBS.: Poderão ser utilizadas apenas duas casas decimais após a vírgula para fixação dos preços/valores expressos em R\$ (reais). Desta forma, as empresas licitantes também devem observar estes critérios durante a etapa de lances, caso contrário será necessário o arredondamento a menor do preço quando do realinhamento da proposta para adequação das casas decimais dos valores expressos em R\$ (reais).

Dados Bancários (Banco do Brasil):

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Propomos entregar/executar, sob nossa integral responsabilidade, os serviços objeto deste Pregão Eletrônico FAPESP nº 10/2020, de acordo com os prazos, as quantidades e as especificações constantes do respectivo Edital e seus Anexos, estando incluídos no valor acima proposto todos os encargos operacionais e tributos devidos.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)
(nome e dados do representante legal da empresa proponente)

Obs.2: Esta planilha deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO XII

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, _____, portador do RG nº _____
e do CPF nº _____, representante legal do licitante
_____ (*nome empresarial*), interessado em participar do
PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as
penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE QUE REÚNE CONDIÇÕES DE CUMPRIR OS REQUISITOS
PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa mencionada reúne condições de cumprir os requisitos para assinatura do contrato estipulados no subitem 5, do Item XI – Da Contratação do Edital.

São Paulo, de de 2021

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.